

Ponta Delgada e a sua fortaleza quinhentista de São Brás...

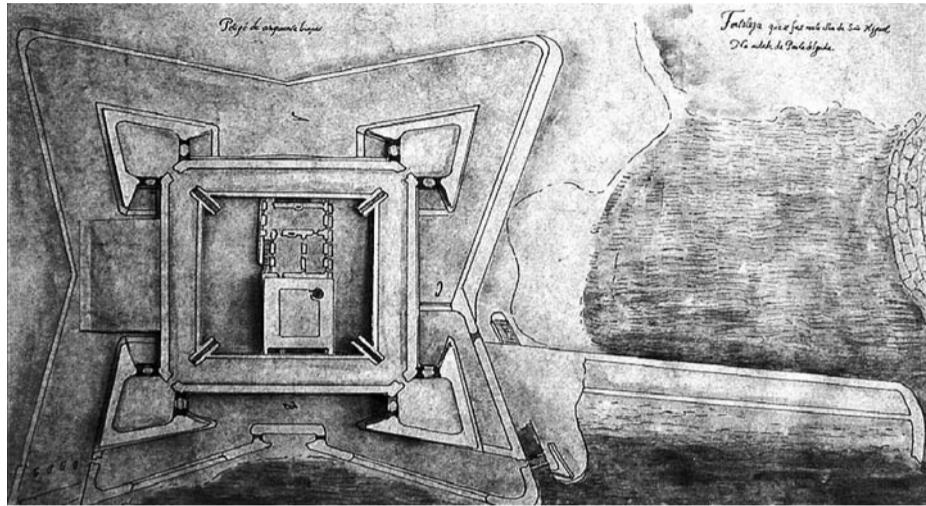
Em meados do século XVI Portugal administrava um império colonial que trespassando o planeta, apresentava características peculiares: em territórios criteriosamente selecionados, quase sempre fortificados, descontínuos e ribeirinhos, procurava-se controlar o comércio local e apoiar logisticamente a navegação em trânsito.

Será este o espírito subjacente ao forte de São Brás em Ponta Delgada, que integrando um ambicioso plano de D. João III, tinha dois objetivos: pertencer à reformulação da fortificação do litoral do império marítimo português (e controlo da navegação no Atlântico Norte) e a neutralização das ameaças à cidade de Ponta Delgada. Estrategicamente posicionado no regresso das embarcações às metrópoles, teria como função o apoio logístico e militar às armadas reais, bem como a proteção do povo e comércio da cidade perante piratas e corsários oriundos do norte de África e do Norte da Europa, que não hesitavam num ataque a terra perante a eventualidade de regressar a casa de mãos vazias.

Ainda em construção, mas já operacional, São Brás teria provas de fogo em Maio de 1582 ao apoiar uma esquadra espanhola; no cerco pelas tropas de D. António Prior do Crato, ou mesmo em 1597, ao arvorar a bandeira do santo da cidade perante a passagem ameaçadora de uma armada inglesa. Nesta altura, para além de súbditos e "aliados" do partilhado rei de Espanha, eramos católicos numa fase de expansão e de lutas religiosas protestantes, logo sinónimo de lucro aos espoliados de Tordesilhas que dominariam o nosso império no Oriente, e nos mares, a partir da derrota da Armada Invencível em 1588.

Esta ameaça constante à nossa cidade manter-se-ia pelo menos, até 1803, ano em que Inácio Joaquim de Castro provocaria um rombo e uma baixa a um navio corsário inglês que tentava roubar uma galera espanhola sob sua proteção. Cinquenta anos depois, São Brás seria um dos dois últimos resistentes ao abandono generalizado das fortalezas de São Miguel, em virtude serem considerados como obsoletos.

De uma fase inicial de povoamento pacato, já com alguns sobressaltos em finais do século XV, passar-se-ia a um século XVI inseguro e persistente nos pedidos de ajuda junto do Rei para proteção com artilharia, única arma com capacidade de manter o inimigo a uma distância segura. A sua evolução havia obrigado ao desenvolvimento compulsivo do castelo medieval, que readaptar-se-ia a uma nova missão geoestratégica, agora à beira-mar, bem como a uma guerra à base de pólvora e pelouros de ferro. Berço do Renascimento, a Itália apresentaria a melhor solução, evoluindo-o, abaluartando-o. Já sem a torre de menagem, passa a ter no baluarte angular o seu elemento caracterizante e ofensivo. Dos ângulos salientes de duas cortinas contínuas, passa-se a ter várias linhas de cruzamento de fogos, tornando teoricamente a fortaleza, inexpugnável. Poucos anos mais novo que a Torre de Belém em Lisboa, o for-



Cópia existente no Museu Militar dos Açores, da planta atribuída à construção do forte de São Brás no século XVI e cujo original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (foto Sérgio Rezendes). O forte, na sua máxima extensão, ia até próximo do campo de São Francisco.



Fotografia do forte de São Brás durante a II Guerra Mundial. Camuflado, vê crescer ao seu lado um hangar para apoio dos hidroaviões da Marinha de Guerra Portuguesa (c. 1942 - Col. Família Rodrigues Gonçalves).

te de São Brás é o seu primeiro manifesto em 360 graus em Portugal e no império, logo uma joia da arquitetura militar portuguesa e porventura uma das primeiras da Europa fora de Itália.

O autor e a data de início das obras, são ainda hoje alvo de polémica. Para Rui Carita, foi iniciado em 1551 pelo mestre Micaelense Manuel Machado, seguindo a sua própria planta. Em 1552 esta teria sido alterada por pelo Jesuíta Isidoro de Almeida, pensando-se que ainda manteria os clássicos baluartes redondos. Em 1560 o arquiteto italiano Tommaso Benedetto ter-lhe-ia dado a configuração final, ou seja, o de uma fortaleza abaluartada regular, a primeira do nosso país.

Segundo Rafael Moreira, os primeiros passos para a construção de São Brás terão ocorrido em 1551, mas só se terá iniciado após a visita ao arquipélago em 1567 de Tommaso Benedetto (e Pompeu Ardit) que a desenhou, cabendo a Pêro de Maeda a execução. Nestor de Sousa, entende que S. Brás começou a ser construído entre 1560 e 1567, provavelmente sob orientação de Isidoro de Almeida, com plano reformulado por Tommaso Benedetto em 1569, segundo planta de modelo abaluartado de matriz italiana maneirista.

Com a união ibérica, São Brás apesar de

operacional, não tem ainda habitabilidade, sendo-lhe acrescentado pela guarnição espanhola, a cisterna, os dormitórios e o revelim para defesa da praia e porto do Corpo Santo. É bastante provável que estivesse em bom estado de conservação nos anos subsequentes à guerra da restauração mas já em inícios do século XVIII, e em virtude de guerras em que Portugal se veria envolvido ao lado das potências marítimas (Inglaterra e Holanda), gerou-se apreensão em virtude da possível presença de corsários franceses e espanhóis. Em meados desse século, entraria num período de abandono até novos ventos de guerra se levantarem por alturas da guerra dos Sete Anos (1756-1763), sendo recuperado por iniciativa de António Borges de Bettencourt que obtém o apoio do rei na restabelecimento da fortificação da ilha. Tido como em bom estado por João António Júdice, em 1767 reclama-se por boa artilharia e em quantidade, constatando-se a existência de três novas baterias exteriores, plenamente artilhadas em 1796 e que seriam reconstruídas pelo capitão Engenheiro Francisco Borges da Silva em 1811.

A vinda deste Capitão teve como propósito preparar a ilha para uma conjuntura motivada pelas invasões francesas; transferência da corte para o Brasil e isolamento das

mesmas no Atlântico Norte. Levantava-se a possibilidade em tornar a ilha numa plataforma estratégica face à Europa do norte ou já mesmo os EUA, quer do ponto de vista militar, como económico-ultramarino. O jovem capitão tem uma missão à qual o forte de São Brás não escaparia: moderniza-o por forma a responder à mais atualizada artilharia, acabando com uma situação de quase total abandono. Para além da reedificação das baterias acasamatadas, realiza a abertura do fosso terrestre; a construção de um armazém e de sete paióis à prova de bomba e adapta as cortinas sul e norte a plataforma de morteiros. Constrói a atual porta de entrada (ligando o revelim à fortaleza) e acrescenta (ou redireciona) novas canhoneiras nas suas muralhas. Alarga a esplanada, e contrariado, constrói em 1819, um quartelamento para o Batalhão de Infantaria n.º 2, deixando o imóvel com a aparência atual. Na segunda metade do século XIX e até à II Guerra Mundial, a fortaleza albergaria várias unidades de artilharia, infantaria e engenharia, servindo inclusive de prisão civil. Colocado à venda em 1868, teria esta medida sustida pelas reivindicações dos comerciantes da cidade, perante a sua validade face a um ataque à cidade, mesmo que obsoleto.

Classificado edifício de interesse público em 1953, sofreria reduções já a partir de 1868, na cedência da sua explanada este à administração das obras do porto da cidade; na destruição da sua capela em 1902; na sua explanada a norte em 1906 e no desaparecimento do seu fosso durante a I Guerra Mundial. Em 1918, seria cercado a oeste e a norte por uma base aeronaval americana, área posteriormente ajardinada ou mesmo alugada a privados.

Em 1940 recebe o Comando Militar dos Açores e em 1941 sofre uma série de transformações para se adaptar à forte possibilidade de invasão à ilha: as canhoneiras transformaram-se em ninhos de metralhadoras, interligadas por túneis de comunicação e reforçadas por terraços preparados para resistir a bombardeamentos. Camuflado, veria crescer ao seu lado um hangar de hidroaviões da Marinha de Guerra Portuguesa, desmantelado em 2003. A partir de 1999, teria uma nova e honrosa missão, transformando-se em Museu Regional, aproximando povos que outrora afastou e honrado Ponta Delgada. Contudo, novos estudos encontram-se em desenvolvimento, pelo que será de aguardar por novidades de um dos mais preciosos tesouros da urbe micaelense... ♦

SÉRGIO REZENDES
INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA
SREZENDES@HOTMAIL.COM

PROMOTOR



Governo dos Açores
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Direção Regional da Cultura